

2

Sociogênese do nome

2.1 Primeiros nomes, primeiros adjetivos.

Esse trabalho apresenta – como definimos na introdução – um recorte histórico que se foca na conjuntura que representa o ápice da vida pública de Pedro Ernesto. Quase todos os poucos trabalhos que tratam da vida do nosso “objeto de estudo” não fazem reflexões sobre os anos que antecederam a década de 1930. Para que possamos compreender, no entanto, alguns aspectos fundamentais de associações feitas para com o mesmo, achamos necessário perscrutar alguns elementos que são fundamentais para a compreensão do sucesso do carisma de Pedro Ernesto, e que possuem nexos com o que denominamos neste trabalho como “sócio-gênese do ator social”.

A primeira pergunta que propomos neste momento com o intuito de servir como nosso “cicerone” é: qual a importância da família de Pedro Ernesto na sua formação profissional e intelectual? Pergunta esta que se faz necessária, ao passo que seus biógrafos enfatizam a suposta importância da figura de seu pai Modesto do Rego Batista na formação de uma “certa concepção” política do filho.¹

Modesto Batista do Rego foi um pequeno comerciante de atacado em Recife e um importante líder maçônico. A dificuldade de se obter informações precisas sobre essa fase da vida de Pedro Ernesto está no fato do mesmo nunca ter proposto para si mesmo um trabalho do que chamamos nesta dissertação de “memorialista” e nem mesmo de “celebração biográfica”. Os relatos da sua vida de infância encontram-se de maneira mais clara nas suas correspondências particulares.

O trabalho de Barata nos sinaliza o fato de ser Recife um privilegiado *locus* de influência maçônica.² A decadência política local teria ajudado a configurar uma maçonaria que agia, durante os primeiros vinte anos da Primeira República, de maneira distinta da antiga maçonaria imperial – mais associada às classes dirigentes e poderosas. Em Recife a maçonaria teria uma influência mais abrangente: uma maçonaria que se concebia como instituição criada para beneficiar a humanidade em oposição à antiga

¹ Ver o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*.

² A. M. Barata, *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*.

maçonaria de influência francesa que privilegiava mais a atuação política direta. O autor também sugere-nos os diversos tipos de trabalhos filantrópicos – como a alfabetização de populares e a divulgação de informes sanitários, dentre outros – desenvolvidos pelos maçons em Recife. Essas informações ajudam-nos a entender um pouco mais sobre o universo em que vivia o pai de Pedro Ernesto.

Sobre a influência de seu pai temos esse relato do próprio Pedro Ernesto:

[...] Papai foi um homem de retórica enérgica. Hipnotizava seus companheiros com suas idéias simples e com sua argumentação objetiva. Foi um homem atento as questões conjunturais e sempre um passo a frente da realidade política daqueles tempos [...].³

Esse trecho de uma carta enviada a seu filho quando se encontrava preso em 1937 sugere-nos uma perspectiva sobre o mundo político da Primeira República bastante dominada pela subjetividade do entendimento político do próprio Pedro Ernesto sobre “aqueles tempos”. A década de 1930 produziu um universo mental próprio para o entendimento desse momento histórico – o que discutiremos mais à frente. No entanto, nos parece bastante clara a oposição política do pai de Pedro Ernesto ao regime vigente. Atentemos, então, a este trecho de uma outra carta:

[...] Os debates em minha casa eram marcados por ásperas críticas ao cenário político. Boa parte do que era discutido estava ainda reservado a concretização futura. As idéias discutidas me encantavam e ao mesmo tempo me desanimavam quando na adolescência pude perceber o quanto estavam distantes do real. Todos aqueles homens cheios de idéias me eram grandiosos e pequeninos [...].⁴

Há aqui uma interessante formação de uma certa “jurisdição moral” ou, em outros termos, uma noção de grandeza que se alimentava da percepção de sua própria impotência. Assim, homens de idéias grandiosas e “pequeninos” por não poderiam executá-las. O “encantamento” aparece na discussão das idéias que projetam um horizonte de expectativa. O horizonte projetado escapa às possibilidades de concretização no espaço de experiência vivido. Como nos sugere o aforismo de Berlin: “Impotência política significa liberdade espiritual: derrota material significa vitória moral”.⁵

³ Carta a seu filho Odilon Batista, in: *Anos de prisão*.

⁴ Arquivo Pedro Ernesto ,PEB, 193108/12.

⁵ Ver Isaiah Berlin, “O sentido de realidade”, p. 333.

O “homem singular” da figura do pai vira “homens”. O pai era apresentado como “singular-coletivo”, como representante de uma oposição a um passado condenável e condenado pela história: “reservado à concretização futura”.⁶ A narrativa permite o estabelecimento de nexos de convencimento afetivo para o próprio Pedro Ernesto e de convencimento ao leitor. A narrativa é disposta como estruturadora de um universo mental e que possibilita a “unidade” do que se propõe a ser entendido.

Finalmente, o pai era tido como arquétipo do líder e “apresentador” do universo político ao filho: “[...] foram nessas reuniões que eu aprendi o que era o homem político em seu *locus* [...]”. O líder político que o pai havia sido nas memórias de Pedro Ernesto conflui com o líder político que o filho acabou sendo: um político de frases curtas, de entrada pessoal no discurso, com apelo à narração e à experiência vivida como forma de argumentação e intimidade no uso público da língua. Como orador político, ele parecia um escritor de cartas, sempre buscando estabelecer um clima de confiança.

Esta é uma influência que destoa do padrão sociológico apresentado nos estudos de Sérgio Miceli⁷. Para o autor haveria uma certa orientação ao trabalho intelectual baseada no que chama de “divisão sexual do trabalho de reprodução”. Em seus estudos a orfandade de alguns intelectuais, a falência de seus pais e doenças que provocariam a interrupção nas carreiras pretendidas de certa forma representariam “formas de mutilação social” que bloqueariam o acesso às carreiras “dominantes-masculinas”. Já Pedro Ernesto teve no pai um “orientador” para a construção do entendimento básico do universo político, mas não deixou em seus fragmentos de memória algum “ressentimento” que nos indique ser determinante para a escolha de sua profissão. A área de medicina também está longe de ser uma carreira de “inclinação inferior-feminina”.

O trabalho de Miceli sugere-nos nexos históricos explicativos interessantes, mas não no nosso caso. O trabalho esbarra segundo o próprio Antônio Cândido, no prefácio do livro, nos “miúdos” que atrapalhariam as “generalizações”. Como neste trabalho buscamos explicações peculiares e singulares não podemos fazer uso da tese central do autor citado.

2.2 Ernesto Médico, Ernesto “curador do corpo-político”:

⁶ Sobre o “singular-coletivo”, R. Koselleck.

⁷ Sergio Miceli, *Intelectuais a brasileira*.

Pedro Ernesto custeou com dificuldades sua formação universitária. Iniciou o curso de medicina na Bahia e posteriormente foi para o Rio de Janeiro onde o concluiu. A sua família também não possuía um “capital de relações sociais” para fazer uso em momentos de dificuldades. A aproximação para com Augusto Amaral Peixoto foi o que lhe permitiu a inserção no ambiente profissional e também os primeiros contatos com a ação política. A escolha da profissão esteve ligada a uma concepção de abertura ao mundo exterior, tendo em vista que ele:

[...] Via a medicina como a possibilidade de lidar com diversos tipos de pessoas. Era um escape a minha tendência à timidez e à introspecção. A medicina foi à oportunidade de agir em organismos individuais e no organismo social [...].⁸

O médico era como aquele que decifra o sentido do que vê em si e no outro. E esse outro é apresentado em diversos momentos como o “marginalizado”, como a “vítima social”. Neste sentido a escolha profissional se aliou a uma opção de “ação política”. Apresentou-se no encontro da esfera política com a profissional a oportunidade de atuar “de fato” no mundo. O uso da metáfora do “organismo social” também nos é interessante, pois nos possibilita entender a forma como Pedro Ernesto percebia o seu universo social e como “partilhava” a linguagem do mesmo.⁹

De fato, a profissão de médico representava um diferencial público na vida de Pedro Ernesto. O substantivo médico que representa uma profissão se transformou num “adjetivo poderoso” do seu carisma. Em diversos discursos posteriores veremos que Pedro Ernesto se tornou “o médico”, e sua variante popular “doutô” também.

Sobre a vida universitária e a busca por uma orientação independente no mundo, consideremos o seguinte trecho:

“Na universidade me sentia mais poderoso. Os primeiros tempos foram de saudades. Os tempos que se seguiram a sedimentação da mesma foram tempos de liberdade. O mundo se alargava e exigia-me novas atitudes, para que pudéssemos transformá-lo em um lugar mais justo”.¹⁰

⁸ Arquivo Pedro Ernesto ,PEB, 193304-11.

⁹ O uso da linguagem organicista é bastante conhecido nas ciências humanas e sociais. A confluência entre as linguagens médica e social foi bastante comum no século XIX. Na década de 1930, com a nova “ordenação” do projeto estatal, essa linguagem voltou a ser bastante partilhada no meio político e o “corpo saudável” do Estado veio a representar diversas matizes de projetos de ordem.

¹⁰ Arquivo Pedro Ernesto, PEB 193405-12.

A ansiedade de influência e a vontade de se fazer livre da mesma se fez presente no alargamento de relações sociais de Pedro Ernesto. As contingências que se apresentaram na trajetória de sua vida mostram no homem a “vontade de ser diferente”, o “desejo de estar em outro lugar”. Isso significa por vezes a negação de si mesmo: ser diferente do que projetam os arranjos imagéticos da esfera de influência familiar; estar longe dessa esfera e perto; a possibilidade de perceber sua posição nem de dentro, nem de fora e, ainda, a posição de expectador de sua própria vida na memória tardia. Pedro Ernesto demonstra-nos neste trecho o desejo de estar em outra parte, num tempo e lugar dele mesmo, uma “vontade de recriar o mundo”. A recriação presume a combinação de elementos de interpretação e concepção de mundos novos com uma herança – o que lhe dava uma certa possibilidade de manusear estruturas de coerência já existentes. Esta aparente contradição entre “recriação” e “apropriação” de uma herança projeta-se no processo que Nietzsche certa vez definiu como “desejo de ser diferente”. Esse processo ocorre quando o menino deixa a família e se distancia da mesma, momento este de “contato” com um mundo novo. Do mundo antigo, Pedro Ernesto carregava a vontade de fazer o mundo um “lugar mais justo”.

Após formar-se Pedro Ernesto trabalhou na “farmácia prática” e na Policlínica de Botafogo, da qual se tornou diretor de clínica cirúrgica.¹¹ O trabalho nesses locais aumentou seu círculo de relações sociais e também no seu meio profissional¹². O trabalho na “farmácia-prática” foi a oportunidade do que mais tarde ele reconheceu como “o primeiro contato verdadeiro com as classes populares”. O reconhecimento social sempre esteve associado diretamente à sua profissão e também à sua capacidade de excelente administrador.

Em 1922 Pedro Ernesto aderiu ao movimento de oposição a Artur Bernardes deflagrado pela jovem oficialidade do exército. A vitória eleitoral de Bernardes gerou descontentamento entre alguns setores militares que o viam como antimilitarista. Seus amigos Ernani e Augusto Amaral Peixoto Jr., filhos de seu sócio na casa de saúde, eram oficiais da Armada e se opuseram a Arthur Bernardes. Além disso, a prisão e morte do primo de sua mulher, José Aníbal Duarte no movimento de 1922, motivou-o a acompanhar mais de perto a situação política do país. Aos poucos, sua Casa de Saúde

¹¹ “Farmácia prática”: referência dada aos locais onde ocorriam consultas médicas e onde eram preparados e vendidos medicamentos. Os médicos destinavam dois dias semanais – segundas e quartas – às consultas populares.

¹² O que talvez explique o fato de ter conseguido empréstimos bancários e auxílios de comerciantes portugueses para a construção em 1918 e a posterior ampliação de sua Casa de Saúde, na Lapa.

abrigava e tratava fugitivos e vítimas de combate. Suas ambulâncias chegaram a transportar armas dos revoltosos. Com o crescimento de sua atuação política iniciou-se a sua aproximação com o tenentismo, o que veio a ser muito importante para que fossem forjadas suas visões políticas após 1930.

Outro acontecimento importante para a compreensão de sua ligação ao tenentismo foi a sua adesão à conspiração que tinha o intuito de revoltar os navios da Esquadra fundeados na Bahia de Guanabara em ato destinado, mais uma vez, a se opor ao presidente Arthur Bernardes. Neste acontecimento Pedro Ernesto chegou a ser preso por alguns dias, sendo solto pelo intermédio político de seu tio-avô André Cavalcanti, então presidente do Supremo Tribunal federal.

Pedro Ernesto também acabou dando apoio à Coluna Prestes. Ajudou a organizar uma rede de apoio aos tenentes perseguidos. A sua casa de saúde se tornou o principal refúgio e ponto de encontro dos tenentes na Capital Federal. Pedro Ernesto também deu apoio à publicação do jornal *5 de Julho*, que divulgava os ideais dos “tenentes” e que homenageava com seu “nome” a revolta do Forte de Copacabana. Mais uma vez fortaleceram-se os vínculos identitários de Pedro Ernesto para com o “tenentismo”.

A adesão de Pedro Ernesto à Aliança Liberal, em prol da campanha de Getúlio Vargas à presidência, também é um fato relevante, pois o colocou diretamente ligado aos futuros resultados do que os agentes da época chamaram de Revolução de 1930.¹³ Pedro Ernesto esteve diretamente ligado ao movimento de deposição de Washington Luís. A convergência entre “tenentes” e a Aliança Liberal gerou uma “cisão” entre os próprios tenentes. Luis Carlos Prestes, exilado em Buenos Aires, recusou a chefia da Revolução, desligou-se do movimento e denominou os

¹³ Empleo o termo ‘Revolução’ como este se encontra nos jornais da época. A historiografia há muito discute a seguinte questão: “Os acontecimentos de 1930 caracterizam um processo revolucionário, um golpe de Estado, ou até mesmo uma rebelião?”. Definirei aqui tais conceitos. A Revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica. Para Norberto Bobbio, a Revolução se distingue da rebelião ou revolta, “porque esta se limita geralmente a uma área geográfica circunscrita” e é, na maioria das vezes, isenta de motivações ideológicas. A Revolução se distingue do golpe de Estado, porque este se configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e sócio-econômicos. Além disso, a rebelião ou revolta é essencialmente um movimento popular, o golpe de Estado é levado a efeito por escasso número de homens já pertencentes à elite. Doravante trataremos do tema como Revolução, até porque durante as sinuosas curvas históricas confrontaram-se versões com o intuito de dar um significado ‘verdadeiro’, ou uma noção ‘mito fundador’, à série de acontecimentos de 1930. A historiografia dos anos 30 e meados do 40 legitima o termo ‘Revolução’ ressaltando o ‘porquê’ a partir da construção de um novo ‘tempo histórico’ que se inicia.

acontecimentos de “aventura golpista”. Algumas cartas entre Prestes e Ernesto foram trocadas numa tentativa de aliança que não deu certo.

O assassinato de João Pessoa fez com que novas articulações fossem projetadas para a derrubada de Washington Luís. Foi Pedro Ernesto quem ajudou a convencer o ex-presidente Arthur Bernardes a aderir à Revolução. Suas ligações com o levante do 3 de outubro foram notórias e fundamentais para o sucesso do mesmo. O levante no Rio de Janeiro foi um fracasso e Pedro Ernesto fugiu para Minas Gerais. De lá ajudou a organizar e estruturar o movimento que levou a deposição final de Washington Luís. Seu nome ficou atrelado fatalmente à história da “Revolução” e todos os acontecimentos explicativos que o teriam levado a tal, segundo uma ‘versão historiográfica tenente’.

2.3 Ernesto “Revolucionário”

A Revolução de 30 contou com o apoio da maioria da imprensa carioca e paulista, apesar de, nos primeiros dias da rebelião, os jornais do Rio permanecerem sob censura rígida, tendo os de São Paulo se libertado mais rapidamente da obrigação de só oferecerem notícias oficiais. Os jornais do Rio estavam mais perto da frente de batalha e saudaram a entrada de Getúlio Vargas na Capital da República com muita efusão e relativa desconfiança.

O *Jornal do Comércio*, em sua edição de 4 de novembro, mesmo sendo favorável à permanência indefinida da Junta Governativa, limitou-se a noticiar a cerimônia de posse do presidente provisório, num conjunto de notas sob o título “A Situação”:

[...] O Sr. General Tasso Fragoso fez um discurso, passando o governo ao presidente Getúlio Vargas que causou funda impressão e vai repercutir da mesma forma em todo o país. De fato, com a eloquência que lhe é habitual, o Sr. General Tasso Fragoso mostrou as grandes culpas do ex-presidente Washington Luís, os seus erros, as suas violências, o seu desprezo pela opinião pública. Poucos documentos fizeram com igual vigor a extravagância do governo deposto. Por outro lado, o Sr. General Tasso Fragoso reconheceu a vitória da Revolução, proclamou esse triunfo, louvou os intuitos das reformas a serem realizadas. Elogiando a beleza da forma, a energia das expressões e o patriotismo desse discurso histórico, devemos também elogiar o modo pelo qual a Junta Governativa provisória e seus principais colaboradores se portaram em poucos dias de uma interinidade tão proveitosa e delicada. O país inteiro faz justiça ao Sr. General

Tasso Fragoso, ao Sr. General Mena Barreto e ao Sr. Almirante Isaías de Noronha [...].¹⁴

A Revolução repercutiu na imprensa estrangeira, tendo o jornal francês *L'Intransigeant* publicado a 4 de novembro uma longa entrevista do ex-presidente Epitácio Pessoa, solidarizando-se com a nova ordem. Lê-se num trecho:

Tratando do movimento revolucionário que acaba de triunfar no Brasil [...] declarou o entrevistado sentir-se com isenção de ânimo bastante para tratar da política brasileira. Falando dela, não o inspira nem interesse nem paixão. Não tem mais aspiração de espécie alguma em seu país. Referindo-se ao ex-presidente Washington Luís, disse que com ele sempre mantivera boas relações políticas e pessoais, as quais só há alguns meses foram interrompidas, isso porque, consultado sobre a candidatura Júlio Prestes, que fora por ele apresentada à sua própria sucessão, discordara, sustentando a opinião de não caber ao presidente em exercício tal prerrogativa, privativa dos elementos partidários. No dia em que o presidente pudesse indicar o seu sucessor e valer-se de amplos poderes de seu cargo para fazê-lo eleger, o regime representativo passaria a ser uma comédia. O Sr. Washington Luís não soube nunca perdoar este modo de ver, expresso, aliás, com toda moderação e sempre com referências atenciosas a sua pessoa [...] Para fazer triunfar essa candidatura pessoal, dirigiu-se aos estados, ou melhor, aos governadores dos estados. Cada um destes, consultado separadamente, não teve tempo de se concentrar com outros para juntos se oporem a essa deturpação do regime [...]. Houve, todavia três exceções. Os estados de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba entenderam com razão que a intromissão do presidente na indicação e escolha de seu sucessor (um homem novo, sem dotes ou méritos excepcionais, com serviços muito inferiores a outros homens públicos) representava uma adulteração do sistema republicano de governo e um precedente que poderia no fundo autorizar outros abusos. O que se passou no Brasil após essa manifestação dos três citados estados foi tudo o que se pode imaginar de mais lamentável. O presidente perdeu inteiramente a noção de seus deveres constitucionais e se atirou furiosamente contra os três estados dissidentes, pondo em prática os meios de corrupção, de fraude e de compressão para reduzir nesses estados a votação do Sr. Getúlio Vargas, oposto a Prestes pelos liberais. Demissões de funcionários públicos, desorganização de serviços administrativos, violação de correspondência, falsificações de alistamento eleitoral, majoração escandalosa do número de votos dados ao candidato oficial, pressão exercida por tropas do Exército [...].

Os trechos citados pelos jornais acima dizem muito sobre os anos de 1930 a 1937. Essa conjuntura de sete anos se configura como um campo de lutas para se fundar uma nova história, uma ‘nova era’, com seus signos próprios. Sobre as práticas eleitorais marcadas pela ‘corrupção’ durante a República Velha a historiografia já discutiu bastante, em muito influenciada pela visão dos anos 30. O corte e a ruptura revolucionária no curso da história eram claramente situados em um acontecimento político: a Revolução de 1930.

¹⁴ *Jornal do Comércio*, 22/04/1930.

A ansiedade se instalou: a necessidade de estabelecer coisas, de impor limites, de distinguir ‘a velha história’ da ‘nova era’. Buscava-se, como resposta, dar um novo significado à sua realidade, inserindo nela uma simbologia, uma marca. E essa marca se faz tão forte que como podemos afirmar que ‘aquilo’ que aqueles homens viveram não foi o que deixaram em seus relatos? A partir da destruição de um passado, eles criaram um novo sentido de possibilidade. Quando tudo parecia destruído, desintegrado, eles reagiram a uma necessidade imperiosa de dar sentido às coisas ordenando o social segundo novos princípios. Esses princípios ainda permanecem como uma denúncia à corrupção dos anos anteriores – e quem nega isso à luz de hoje? É claro que as fronteiras logo se endureceriam, e a paisagem veio a apresentar novamente um aspecto de imobilidade.

A Revolução de 1930 assumia, assim, o caráter de um movimento de libertação da “trágica” experiência liberal da Primeira República. O contexto político em que esse movimento se realizou fora o de uma verdadeira perda de autoridade e de esgotamento de fórmulas de conciliação política. A ameaça de anarquia era profunda, pois a perda de autoridade era visualizada como uma autêntica perda do próprio curso da ‘evolução normal do país’, como uma perda de suas tradições de ordem, irremediavelmente comprometidas pelo divórcio entre a terra, o homem e as instituições políticas. E a ameaça política imediata, que atualizava para o mundo os conflitos deste divórcio crucial, era o descontentamento popular, materializado na chamada “questão social”.

Definidas as apropriações de ‘auto-imagens’ da Revolução de 30, cabe-nos destacar o papel do homem e sua relação simbiótica com a mesma. Por ‘homem’ não se entende o homem genérico – já que o mesmo é associado a perspectiva de ‘homens em ação’, que construíram a visão hegemônica acima –, e sim o homem singular: Pedro Ernesto Batista.¹⁵ E para que possamos interpretar o papel de nosso “indivíduo-objeto”, cabe neste momento descrever o que pensamos como relação entre homem e história.

Entende-se que o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ não são entidades estanques, mas apenas perspectivas diferentes de uma mesma instância. Associando-se ‘auto-imagem’ e ‘composição social’, compreende-se as relações entre ambos – o que Elias chama de *hábitus*.¹⁶ O que esse trabalho pretende, portanto, é compreender as relações

¹⁵ Sobre a definição de homens em ação, Ângela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*.

¹⁶ Para melhor compreensão das relações entre ‘auto-imagem’ e ‘composição social’, Norbert Elias, *A Sociedade dos Indivíduos*.

que se dão entre a pluralidade de pessoas e a pessoa singular, a qual chamamos de indivíduo, e da pessoa singular com a pluralidade. Neste sentido Pedro Ernesto liga-se aos homens de seus tempos, atuando e sendo influenciado pelos “constructos culturais”¹⁷ do seu viver histórico.¹⁸

Uma outra categoria que aparecerá mais à frente e que precisa ser explicitada é a de ‘mito’.¹⁹ Entendemos como mito não uma história necessariamente falsa ou inventada. Parafraseando Portelli, “... é, isto, sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura”. Portanto um mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições, dependendo, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo.

Quando a imagem de Tiradentes é atribuída a Pedro Ernesto, ele passa a ser visto enquanto um mártir e um mito.²⁰ E o que poderia ser mais construtor de identidade que um mito em referência a um passado longínquo, porém nacional, e fundador de uma realidade republicana? As representações utilizam fatos e alegam que são fatos. Por sua vez, os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações. Tanto os fatos quanto as representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são

¹⁷ Sobre os ‘constructos culturais’, Clifford Geertz, *Nova Luz sobre a Antropologia*.

¹⁸ Tais discussões estiveram presentes em calorosos debates, por mais de um século, nas Ciências Humanas, e em muito na perspectiva do que os alemães designaram *Weltanschauung*, isto é, os valores ou princípios culturais subjacentes que definem a filosofia da vida ou a concepção do universo de uma sociedade ou grupo. Mas em seu contexto alemão original, do final do século XIX, a noção de uma “teoria das visões” do mundo foi identificada como uma teoria das “ciências humanas”, a qual rejeitava a redução dos fenômenos culturais às suas causas sociais. A teoria está associada à tradição do ‘Historicismo’ do final do século XIX, especialmente à teoria das ciências humanas de Wilhelm Dilthey. A teoria hermenêutica de totalidades culturais de Dilthey sublinhou as origens não racionais das visões do mundo em impulsos religiosos e estéticos assim se opondo a qualquer explicação redutora e materialista de sua gênese social. Na década de 20, Karl Mannheim redefiniu o debate em termos metodológicos ao propor uma sociologia hermenêutica do conhecimento que criticava a teoria das visões do mundo, que evitava o dogmatismo do marxismo ortodoxo quanto à concepção geral de ideologia. Finalmente, Jürgen Habermas atribuiu o fracasso da abordagem de Dilthey a uma hermenêutica objetivista com raízes em um vitalismo insustentável e irracional. Sua argumentação, influenciada pela psicologia do desenvolvimento e pelo estruturalismo, baseia-se numa análise da evolução do que foi traduzido como “visões do mundo”, mas desempenha papel significativo em discussões técnicas nas esferas da sociologia da cultura; não obstante, a problemática a que ele se refere envolve muitas das questões-chaves da teoria cultural contemporânea.

¹⁹ Uma boa discussão sobre mito e política se encontra nas obras de Alessandro Portelli e José Murilo de Carvalho, respectivamente, *O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1940: mito e política, luto e senso comum)* e *A Formação das Almas*.

²⁰ Arquivo Pedro Ernesto, PEB 0656 A 0664.

envoltos em suas linguagens – como veremos nas formas de linguagens populares e oficiais sobre Pedro Ernesto.

A situação de Pedro Ernesto era muito peculiar. Embora ele fosse socialmente dependente e subordinado ao governo federal, a sua extraordinária percepção de “marketing político” fez com que um ‘compromisso’ efetuado numa relação de trocas para com a população do Distrito Federal fosse antecipado em alguns anos – o que o Governo Federal mais tarde se apropriou e utilizou em muito inspirado no sucesso experimental do interventor da Capital.

Pedro Ernesto era, portanto, um político excepcionalmente talentoso, atuando em uma conjuntura na qual o governo federal ainda não dominava noção dos “constructos sociais” que lhe garantiriam hegemonia.

Por outro lado o Estado que surgiu – o Estado Novo – não tolerou e não previu lugar a competidores à sua futura hegemonia plenamente inventada às luzes de sua realidade. Evidencia-se um conflito entre a vocação pessoal e a vocação de uma era: a Era Vargas.²¹

Finalizando as relações teóricas anunciadas nos últimos quatro parágrafos, cabe-nos evidenciar o que entendemos como *vocação política*.²² Quer-se compreender como vocação política apenas a liderança ou as influências sobre a liderança dentro de uma associação política. Segundo Trotski, em Brest-Litovsk, e com a concordância de Max Weber: “Todo Estado se fundamenta na força”.²³ Weber chama a ‘vocação de liderança’ de “dom”.²⁴

Analisaremos dois substantivos dentre os vários correspondentes a ‘dom’: mérito e graça. Por mérito entendemos aquilo que faz ou fez uma pessoa merecedora ou digna de algo. Em oposição, o termo ‘graça’, que como sinônimo de ‘nome’ há muito perdera sua popularidade, ganhou o sentido cristão de concessão da graça divina.²⁵ Ficaremos com o termo mérito, pois ele indica uma ‘ação’ pela qual um indivíduo merece ou construiu algo merecido. O termo ‘graça’ fica por conta de algo que escapa aos domínios das teorizações políticas, é algo no campo do transcendente. Segundo Weber, todo líder tenta construir:

²¹ Novamente sobre as relações de um homem e a sociedade e o fato de estar à frente de seu tempo, Norbert Elias, *Mozart: Sociologia de um gênio*.

²² Ver Max Weber, *A política como vocação*.

²³ *Ibid.*, p. 98.

²⁴ Sobre ‘dom’ ou ‘dádiva’ cabe sempre citar os excelentes estudos de Marcel Mauss: *Ensaio sobre a Dádiva e Dom, Contrato, Troca*, bem como a terceira parte de *Ensaio de Sociologia*.

²⁵ Sobre a etimologia das palavras, Reinaldo Pimenta, *A casa da Mãe Joana – curiosidades nas origens das palavras frases e marcas*.

[...] dedicação pessoal e confiança pessoal na relação de heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio ‘carismático’ exercido pelo profeta ou – no campo da política – pelo senhor de guerra eleito pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político.

Abrem-se mais duas características à liderança que aparecerão mais à frente: demagogia e heroísmo.